

# 1 PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES					
Fomentar a realização de ações conjuntas para o manejo e recuperação de áreas críticas e dos atributos da UC a fim de identificar, minimizar ou controlar vetores de pressão e estimular estratégias de prevenção e sensibilização	M1.	Viabilizar ao menos uma ação para cada tema crítico identificado: bioinvasão, erosão em praia em risco alto e muito alto, AME Ilha da Moela e manguezais	Número de projetos/estudos elaborados, número de parcerias firmadas, número de ações implantadas, extensão em área atingida, número de pessoas mobilizadas	Disponibilização orçamentária financeira, estrutural e de recursos humanos para viabilização das ações do Programa de Gestão					
	M2.	Viabilizar a elaboração de 02 planos e/ou protocolos com propostas de recuperação dos atributos da UC	Número de planos/protocolos elaborados, número de parcerias firmadas, número de ações implantadas, extensão em área em recuperação, número de						
	M3.	Viabilizar 02 ações que promovam o combate ao descarte de lixo no mar	Número de parcerias firmadas, número de ações implantadas, extensão em área atingida, número de pessoas mobilizadas, quantidade de lixo retirado						
DIRETRIZES		AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADE S E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
					1	2	3	4	5
A1. Fomento a ações de conservação e recuperação de áreas críticas	1.1	Incentivar programas de prevenção e controle de espécies com potencial de bioinvasão junto à Capitania dos Portos	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Marinha do Brasil					
	1.2	Manter diálogo e apoiar ações de recuperação e controle de impactos nos manguezais do estuário de Santos e São Vicente, contíguos à APAMLC, particularmente no tocante aos recursos pesqueiros comuns as áreas.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras					
	1.3	Quando da implantação da Área de Interesse para Recuperação (AIR), deverá ser considerado minimamente: a) articular com os demais entes responsáveis pela gestão da área o planejamento de ações conjuntas; b) articular a elaboração de estudos para diagnosticar o estado de conservação e possíveis causas de elementos pertubadores de maneira a subsidiar as definições das medidas a serem previstas no do atributo que subsidiará o Projeto de Recuperação Ambiental (PRA). O PRA deverá ser aprovado pelo Conselho Gestor e considerar minimamente as seguintes informações: (i) descrição de metodologia de intervenção; (ii) estratégias de isolamento do fator de perturbação; (iii) monitoramento das Áreas até que se comprove o restabelecimento da condição não degradada do ecossistema; (iv) apresentação das estratégias de comunicação com os usuários das regras de usos da AIR.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, Universidades e Instituto de Pesquisas					
	1.4	Articular a implementação de Áreas de Interesse de Recuperação em praias em risco alto e muito alto de erosão por meio de estudos que envolvam monitoramento do perfil praial e de dados meteorológicos oceanográficos, além de estudos para identificação das causas da erosão.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto Geográfico USP, Prefeituras					
	1.5	Articular a implementação de Área de Interesse de Recuperação na parte emersa da AME Ilha da Moela e nos manguezais do rio Itapanhau e canal de Bertioga.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades, Institutos de Pesquisas, Marinha do Brasil e Prefeituras					
A2. Desenvolvimento e fomento de ações de recuperação dos atributos da APAMLC por meio de articulação intra e interinstitucional	2.1	Articular com intuições locais que gerenciam o Centro de Reabilitação da Fauna Marinha (CETAS) de modo a diagnosticar possíveis impactos e estabelecer medidas de mitigação para o encalhe de animais marinhos.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Centro de Reabilitação da Fauna Marinha (CETAS)					
	2.2	Articular com órgãos competentes a elaboração de plano de minimização de impactos dos Polígono de Disposição Oceânica (PDO) na área da APAMLC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CODESP, IBAMA					
	2.3	Articular com a CETESB, SABESP e municípios a elaboração de plano de melhoria continua da qualidade do esgoto lançado pelo emissário	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CETESB, SABESP, Prefeituras					
	2.4	Acompanhar a implantação do Plano de Saneamento dos Municípios abrangidos pela APAMLC e articular ações integradas para adoção de práticas que visam minimizar a poluição que incide de forma direta e indireta nos atributos protegidos pela APAMLC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, AGEM, CBH BS, Prefeituras					
	2.5	Articular com CETESB, SABESP e município de Bertioga, a elaboração de plano de minimização dos índices de metais pesados lançados nos efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto, cujo local de despejos são próximos aos manguezais protegidos pela unidade.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CETESB, SABESP e Prefeituras					
	2.6	Acompanhar os procedimentos que visam o encerramento do antigo lixão do município de Bertioga, próximo ao AIR Manguezal do Itapanhau.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CETESB, Prefeitura de Bertioga					
	2.7	Desenvolver, conjuntamente com a CETESB, um Plano de Ação para o monitoramento da qualidade da água, sedimento e avaliação de riscos de contaminação.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CETESB					
	2.8	Propor e provocar CETESB, Municípios e demais instituições, a retomada do programa Marinas prevendo ampliação da atuação para as áreas de rampas públicas de acesso para reformas e manutenção de barcos de pesca artesanal.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CETESB					
A3. Desenvolvimento de ações de combate ao descarte de lixo nos ambientes costeiros	3.1	Articular, em conjunto com o Sistema Ambiental Paulista e demais instituições, a implantação de um sistema de fluxo unidirecional de ações de prevenção e mitigação dos impactos causados pelos Petrechos de Pesca Abandonado, Perdido ou Descartado (PP-APD) no meio aquático, caracterizado como petrecho fantasma, denominado Sistema de rastreamento Linha Azul.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CFA, CETESB, Instituto de Pesca, PAMB, CPLA					
	3.2	Realizar o cadastramento dos petrechos de pesca artesanais dos pescadores e articular um canal de diálogo nos casos de perda ou abandono de petrecho de pesca dentro da unidade, informando a data, localização, tipo de petrecho e qualquer outra informação relevante necessária para posterior remoção.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, colônia de pescadores, PAMB					
	3.3	Acompanhar e contribuir na discussão do grupo de trabalho envolvido na construção de políticas públicas estaduais de combate ao lixo no mar.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CFA, CETESB, CPLA, CEA					
	3.4	Promover e apoiar iniciativas de prestação de serviços ambientais para retirada de lixos no mar por pescadores, a luz do instrumento de logística reversa.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CFA, CETESB, CPLA, CEA, Colônias de Pesca					
	3.5	Contribuir em campanhas de massa que visam conscientizar e sensibilizar quanto a minimização de geração de resíduos, bem como a correta destinação final pelos municípios litorâneos, sobretudo em períodos de alta temporada.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras, Diversas CEA e Prefeituras					
	3.6	Apoiar iniciativas de criação de barreiras físicas para contenção de resíduos que chegam no mar.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras e Terceiro setor					
	3.7	Buscar financiamento para projetos que visem a redução de lixo no mar e fomentar a formação de agentes locais para atuação nos mesmos.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CFA, CETESB, CPLA, CEA					
	3.8	Articular com prefeituras o desenvolvimento de novas tecnologias de limpeza de praia menos impactantes, além do tratamento e destinação final ambientalmente adequada.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, IBAMA, Prefeituras					

## 2 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO

**OBJETIVO DO PROGRAMA: Articular, promover e ordenar o turismo em conjunto com os diferentes atores sociais, buscando a sua sustentabilidade.**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES					
Articular com atores locais para ordenar o uso público e promover o turismo sustentável na UC	M1. Viabilizar ao menos uma ação para cada tema identificado: observação do meio natural, turismo de base comunitária, reserva de surf.	Número de áreas ou atividades turísticas ordenadas; número de parcerias firmadas; número de reuniões realizadas, número de roteiros elaborados.	a) Disponibilização orçamentária financeira, estrutural e de recursos humanos para viabilizar as ações do programa de gestão. b) Articulação bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos públicos e usuários.					
	M2. Viabilizar a implantação de ao menos uma Área de Interesse Turístico.	Número de projetos desenvolvidos; número de parcerias firmadas.						
	M3. Viabilizar a implantação de ao menos uma Área de Interesse Histórico Cultural.	Número de projetos desenvolvidos; número de parcerias firmadas.						
DIRETRIZES	AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
				1	2	3	4	5
A1. Fortalecimento da cadeia do turismo e ordenamento das atividades turísticas.	1.1 Articular com associações e instituições turísticas o desenvolvimento de roteiros de vivências de observação do meio natural, a exemplo da atividade de observação de aves nas praias de Itaguaré e Taniguá.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Empresas de Ecoturismo, <b>Prefeituras</b>					
	1.2 Articular o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, tais como vivência da atividade pesqueira artesanal e tradição caiçara.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, <b>Empresas de Ecoturismo, Prefeituras, Comunidades locais</b>					
	1.3 Incentivar e promover informações sobre Turismo de Base Comunitária em todas as possíveis variações (passeios, alimentação, artesanato, outros produtos e serviços) mediante os princípios da Economia Solidária.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, <b>Empresas de Ecoturismo, Prefeituras, Comunidades locais</b>					
	1.4 Desenvolver estratégias de comunicação com os usuários com ênfase na divulgação e melhores meios de interação com os atributos protegidos pela APAMLC	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, <b>CEA</b>					
	1.5 Estimular estudos para viabilizar as reservas de surf, compreendendo as características sociais, ambientais, econômicas, comunitárias e culturais dos territórios.	Estudo técnico	Fundação Florestal, <b>Comunidades surfistas e Prefeituras</b>					
	1.6 Fortalecer a participação da comunidade do surf nas discussões a cerca da concepção das Reservas de Surf.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Ecosurf					
	1.7 Fomentar as reservas de Surf como ferramenta de gestão que tem o potencial de mobilizar a comunidade para trabalhar na implementação de outros instrumentos já constituídos como as áreas protegidas, o plano diretor e os planos de gerenciamento costeiro e de bacias.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Ecosurf					
	1.8 Articular reuniões com municípios de maneira à viabilizar Reservas de Surf	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Ecosurf					
	1.9 Articular reuniões com pescadores de maneira à compatibilizar as atividades com as áreas de Reservas de Surf	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Ecosurf, Colônias de Pescadores					
	1.10 Articular com demais entes responsáveis a realização de estudos que identifiquem o limite aceitável de uso das praias inseridas na ZUBE com consequente propositura de uso ordenados dessas praias.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Prefeituras e universidades e instituições de pesquisas					
	1.11 Fortalecer e enriquecer o roteiro turístico de Anchieta nas Áreas de Interesse Histórico e Cultural AIHC: Ortognasses da Cama de Anchieta em Itanhaém e Ermida de Guaibê na AME Ponta da Armação em Guarujá.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, Empresas de Ecoturismo					
	1.12 Participar das discussões nos municípios e conselhos quando da normatização e projetos nos atributos de gestão comum com a APAMLC. Exemplo: plano de ordenamento turístico náutico, uso de praias e atividades pesqueiras.	Articulação Interinstitucional	Prefeituras e conselhos municipais					
A2. Fomento a ações em Área de Interesse Turístico (AIT)	2.1 Quando da implantação da Área de Interesse Turístico, deverá ser considerado minimamente: a) articular com os demais entes responsáveis pela gestão da área o planejamento de ações integradas; b) articular o desenvolvimento de estudos que viabilizam o conhecimento da biodiversidade local e do o limite aceitável de uso de maneira a subsidiar a elaboração do Plano de Ordenamento Turístico (POT). O POT deverá ser aprovado pelo Conselho Gestor e considerar minimamente as seguintes informações: (i) regras de ordenamento do turismo e pesca para os usos identificados na área; (ii) inclusão social por meio do fortalecimento de guias locais; (iii) plano de comunicação que valorize o local como destino turístico ecológico; (iv) formação dos seus usuários no que tange à compreensão dos atributos protegidos (v) previsão das instalações para interesse turístico e estruturas náuticas, garantindo o uso público do local; (vi) viabilizar, em parceria com os usuários, o fondeio de embarcações somente por poetas, evitando o uso de âncoras no caso de áreas marinhas incidentes em ZUBE.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras					
	2.2 Implantar Área de Interesse Turístico na comunidade da Prainha Branca setor Guaiabe e na Ilha da Queimada Grande (recife de coral mais ao sul do Atlântico) setor Carijó.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Sociedade de Amigos da Praia Branca – SAPB, Associação da Praia Branca, UNIFESP					
	2.3 Estimular estudos e discussões para avaliar a criação de Área de Interesse Turístico na foz do rio Preto e Branco em Peruibe, e na foz do rio Itanhaém.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Prefeituras					
	2.4 Articular programa de comunicação de divulgação das Áreas de Interesse Turístico.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras					
A3. Fomento a ações em Área de Interesses Histórico Cultural (AIHC)	3.1 Quando da implantação da Área de Interesse Histórico Cultural deverá ser considerado minimamente: a) articulação com demais entes responsáveis de gestão da área o planejamento de ações integradas; b) articular o desenvolvimento de estudos que viabilizam o limite aceitável de uso de maneira a subsidiar a elaboração do Plano de Ordenamento Turístico (POT). O POT deverá ser aprovado pelo Conselho Gestor e considerar minimamente as seguintes informações: (i) regras de ordenamento do uso público; (ii) inclusão social por meio do fortalecimento de guias locais; (iii) plano de comunicação que valorize o local como destino turístico ecológico; (iv) formação dos seus usuários no que tange à compreensão dos atributos protegidos e; (v) previsão das instalações para interesse turístico e estruturas náuticas, garantindo o uso público do local.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras					
	3.2 Implantar Área de Interesse Histórico Cultural na AME Ponta da Armação (atributos: Ermida do Guaibê, Armação das Baleias e Forte São Filipe) e nos locais com presença de geossítios.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, CONDEPHAAT, Universidades e Institutos de pesquisas, Instituto geológico					

### 3 PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES					
Fortalecer a gestão participativa e integrada do território por meio de incremento do diálogo com diversos atores e usuários da APA e de promoção de ações conjuntas de educação ambiental e comunicação	M1.	Promover 04 ações/projetos que estreitem o diálogo entre pescadores e APA e melhorem sua compreensão referente à regramentos da UC e boas práticas	Número de encontros de diálogos, número de instrumentos de comunicação/sinalização, número de ações para divulgação de boas práticas, número de guias de pesca formados, número de modalidades de pesca artesanal desenvolvidas, número de ações/projetos para fortalecer as organizações de pescadores, representação do zoneamento da APAMLC nas cartas náuticas	Articulações e parcerias estabelecidas com instituições, empresas, órgãos público atuantes no território e usuários da APA					
	M2.	Elaborar e implantar programa de educação ambiental da unidade e pelo menos um projeto de divulgação da APA.	Número de públicosalvo para os quais foram desenvolvidos projetos de comunicação, número de canais de comunicação com presença da APA, número de exposições, estratégias de divulgação de boas práticas empregadas, agenda de eventos comemorativos com presença da APA, parcerias realizadas						
	M3.	Realizar pelo menos 05 ações conjuntas com as UC sobrepostas e limitrofes à APA	Número de ações conjuntas com as outras UCs, estabelecimento de competências de cada UC, regulamentos estabelecidos em conjunto com o PERB						
	M4.	Fortalecer a presença da APA em 04 instâncias/fóruns decisórios de ordenamento territorial	Número de fóruns com presença da APA, número de termos de cooperação técnica assinados com municípios, número de reuniões do conselho gestor, normativas/planos de gestão elaboradas com participação da APA, número de voluntários e projetos desenvolvidos.						
DIRETRIZES		AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
A1. Fortalecimento do diálogo e da compreensão da UC e seus regramentos com os segmentos da pesca profissional e amadora	1.1.	Criar calendário e agenda de temas prioritários para encontros de diálogos com pescadores profissionais e amadores.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal Colônias de Pescadores, prefeituras e Órgãos fiscalizadores	1				
	1.2.	Manter e ampliar os instrumentos de comunicação com pescadores, buscando maior compreensão sobre regramentos e objetivos da UC, bem como das necessidades dos pescadores para sua reprodução social.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal Colônias de Pescadores, Prefeituras					
	1.3.	Articular para sinalizar, quando possível, os atributos e regras de uso.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal Colônias de Pescadores, prefeituras e Órgãos fiscalizadores		1	2	3	4
	1.4.	Atuar na formação de monitores de pesca de modo a atuarem como interlocutores para a interlocução com junto aos pescadores amadores acerca da divulgação dos atributos protegidos pela unidade; dos interesses de conservação, apoio às atividades de pesquisa e monitoramento; de atividades e promoção de boas práticas da pesca amadora.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE), Conselhos Municipais de Pesca; Prefeituras					
	1.5.	Acompanhar anualmente o desenvolvimento em campo das diversas modalidades de pesca artesanal nos municípios que integram a APAMLC, afim de entender as dinâmicas das atividades.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônias de Pescadores, Pescadores	1				
	1.6.	Fortalecer as organizações de pescadores para qualificar a participação na gestão dos recursos pesqueiros, utilizando a rede de contatos dos representantes e lideranças do segmento pesqueiro.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônias de Pescadores, Pescadores					
	1.7.	Articular junto a Marinha e empresas de geoprocessamento a disponibilização do zoneamento da APAMLC na Carta Nautica e programas de Sistema de Posicionamento Global.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Marinha do Brasil, empresas de GPS					
	1.8.	Criar uma rede de Monitoramento da pesca incidental junto com os Parceiros da APA e instituições.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Colônias de Pescadores, Pescadores, terceiro setor, universidades e intitutos de pesquisa					
A2. Articulação com os diferentes setores da sociedade para estabelecimento de ações conjuntas de Educação Ambiental e Comunicação	2.1.	Elaborar e implantar Programa de Educação Ambiental da UC conforme Roteiro Metodológico orientado pela Fundação Florestal	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Rede pública e particular de ensino, terceiro setor, colônias e pescadores e empreendimentos de influência direta na UC.					
	2.2.	Desenvolver projetos de comunicação para os diferentes públicos que interagem com o território, utilizando ferramentas de comunicação adequadas a cada público alvo, visando a sensibilização para a preservação dos recursos e a redução dos impactos ambientais.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal e CEA					
	2.3.	Presença da APA nos canais de comunicação (rádio comunitária, murais, mailings, revistas, redes sociais, cartazes em restaurantes e pousadas) e eventos e festas regionais da comunidade. Buscar parcerias para divulgar na TV minuta (metrô) sobre a APA (criação, atributos, educação ambiental)	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras, Metrô de São Paulo, Museus, Centro de Apoio ao Turista, Aquários, Nucleos/Centros de Educação Ambiental		1			
	2.4.	Desenvolver exposições fixas e itinerante em espaços públicos e privados com potencial de divulgação de informações sobre a UC (Aquário de Santos, Aquário do Guarujá, Museu de Pesca, Centro de Apoio Turístico).	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras, Metrô de São Paulo, Museus, Centro de Apoio ao Turista, Aquários, Nucleos/Centros de Educação Ambiental					
	2.5.	Divulgar boas práticas no uso de praias por meio da divulgação dos atributos protegidos no local.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal e Prefeituras					
	2.6.	Detalhar uma agenda para realização de eventos comemorativos em datas temáticas da agenda Ambiental tais como Semana de Meio Ambiente, Dia da Água, Dia dos Oceanos.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal e Prefeituras					
	2.7.	Estabelecer parcerias com o poder público e instituições locais para que os programas de Educação Ambiental da UC sejam destinados à diferentes públicos (escolas, centros de educação ambiental e centros comunitários) e/ou épocas do ano (datas comemorativas).	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, escolas, centros de educação ambiental e centros comunitários					
A3. Articulação com outras UCs para desenvolvimento de ações integradas nas áreas limitrofes ou sobrepostas	3.1.	Definir em conjunto a APA Municipal da Serra do Guararau as divisões de competências junto a APAMLC no que tange a atuação nos territórios comuns das duas UCs, caso da AME da Armação.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, APA Municipal da Serra do Guararau					
	3.2.	Apoiar Parque Estadual Restinga de Bertioga (PERB) ações conjutas que visa à: a) Regulamentar a extração de recursos naturais pesqueiros tradicional, respeitada as normas do Plano de Manejo do PERB; b) Regulamentar as demais atividades de baixo impacto tradicionais, existentes antes da criação da UC, respeitada as normas do Plano de Manejo do PERB.	Operacionalidade de gestão	APAMLC, PERB		1			
	3.3.	Discutir com o PE Itinguçu, quando da elaboração do seu plano de manejo, a viabilidade de acesso ao uso das praias da APAMLC para pesca artesanal.	Operacionalidade de gestão	APAMLC, Parque Estadual Itinguçu					
A4. Fortalecimento da gestão participativa e integrada	4.1.	Integrar as ações das UCs costeiras existentes para consolidar as mesmas como instância de ordenamento territorial e participação social.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras e ICMBio					
	4.2.	Integrar ações da APA à outras UC da Baixada Santista e a Reserva da Biosfera	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal e ONU					
	4.3.	Formalizar termos de cooperação técnica com os municípios integrantes da APAMLC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras					
	4.4.	Fortalecer o Conselho Gestor e as Câmara Temáticas como fóruns legítimos para a gestão participativa da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	4.5.	Participar dos diferentes fóruns existentes (COMDEMAS, GERCO, Comitê de Bacia Hidrográfica, Agência Metropolitana, etc.) buscando a integração da ações de gestão costeira.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	4.6.	Planejar ações integradas com órgãos públicos e UCs do entorno, visando evitar e mitigar os impactos da urbanização desordenada e problemas de saneamento básico.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, SABESP, outras UCs					
	4.7.	Apoiar a criação de Planos de Gestão Costeira municipais.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Prefeituras					
	4.8.	Propor parcerias com Centros de Pesquisas ligados aos desastres naturais, tais como o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais (CEMADEN), para ciência e contribuições no plano de contingência para os eventos de extremos climáticos e meteorológicos.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais (CEMADEN)					
	4.9.	Desenvolver e fortalecer o Programa de Voluntariado e de estágio na UC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Universidades					

#### 4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES				
DIRETRIZES	AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
				1	2	3	4	5
Promover ações preventivas e coibitivas quanto às atividades irregulares realizadas no território da UC	M1. Aumentar em 20% o número de ações de fiscalização em relação à períodos anteriores.	Número de ações de fiscalização; número de reuniões de planejamento de ações do SIMMAR; número de guias de procedimento elaborados.	a) Disponibilização orçamentária financeira, estrutural e de recursos humanos para viabilizar as ações do programa de gestão. b) Articulação bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos públicos (Prefeituras, Marinha), usuários. c) Garantir capacidade operacional e técnica da instituição para realização da fiscalização direta.					
	M2. Diminuir em 20% o número de ocorrências (impactos negativos) sobre a UC em relação à períodos anteriores.	Número de ocorrências; número de reuniões com pescadores sobre normas pesqueiras; número de campanhas informativas realizadas sobre normas incidentes.						
	M3. Firmar pelo menos 02 acordos para o estabelecimento de ações conjuntas de fiscalização.	Número de parcerias firmadas; número de ações conjuntas.						
	M4. Estruturar a unidade com equipamentos e funcionários capacitados para atuação na fiscalização e proteção.	Número de efetivo operacional; número de equipamentos, número de contratos de manutenção e abastecimento de veículos firmados; veículos adquiridos ou disponibilizados; número de funcionários capacitados para ações preventivas e coibitivas.						
A1. Fortalecimento do SIMMar como instância de planejamento e monitoramento das ações de fiscalização e avaliação das ocorrências	1.1 Apoiar a realização das reuniões do SIMMar para planejamento e avaliação de ações de fiscalização ambiental, em conjunto com Policia Ambiental, CFA e demais órgãos fiscalizadores convidados.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, PAMB, CFA, IBAMA, ICMBio, Marinha					
	1.2 Manter a rotina sistemática de fiscalização e monitoramento da APAMLC (entre saídas embarcadas, aéreas e terrestres, bem como o monitoramento da atividade pesqueira por satélite - PREPS).	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, IBAMA					
	1.3 Propor a viabilidade de ampliação de monitoramento da atividade pesqueira por satélite para embarcações não permitidas na área da ZUBE	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, IBAMA					
	1.4 Avaliar e revisar periodicamente o componente ostensivo do Plano de Ação para fiscalização marítima.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, IBAMA					
	1.5 Manter e alimentar o banco de dados georreferenciado das ações de fiscalização na APAMLC em conjunto com a CFA.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CFA					
	1.6 Articular e instrumentalizar agentes do SIMMar e de fora do Sistema Ambiental Paulista.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA					
	1.7 Propor e provocar os entes responsáveis para que os recursos provenientes de autuações ambientais sejam revertidos em benefício à atividades de gestão da UC.	Articulação Interinstitucional	SMA, Fundação Florestal, CFA					
	1.8 Propor e provocar o SIMMar a criação de um grupo de atuação que considere o envolvimento de pescadores, operadoras, conselheiros da unidade e ONG de defesa no mar na contribuição voluntária da fiscalização do território.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA					
	1.9 Incentivar e apoiar a elaboração de um Guia de Procedimentos Operacionais para a Fiscalização Marítima Integrada entre Policia Ambiental, Fundação Florestal e CFA.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA					
	1.10 Apoiar ações que contribuam para a otimização do atendimento ambiental pela CFA, no que tange as intimações/autuações realizadas no território da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CFA					
	1.11 Articular discussões para verificar a viabilidade de atualização/revisão de procedimentos legais e/ou no que tange a questões de conflito entre a fiscalização e atividade pesqueira: a) mudança de conduta/penalidade para 1º autuação do pescador artesanal, com reversão de multa em prestação de serviços; b) rever padrões de abordagem no que tange "ato tendente" (SMA 48/2014); c) exigência de RGP para puxadores de espíos na pesca de arrasto de praia.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, IBAMA					
A2. Fortalecimento e consolidação das ações do componente preventivo do SIMMAR	2.1 Elaborar o componente preventivo do Plano de Ação de Fiscalização do SIMMar.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, PAMB, CFA, IBAMA, ICMBio					
	2.2 Elaborar um Programa de Comunicação de forma integrada entre os órgãos fiscalizadores e sociedade civil em particular as entidades representativas de pescadores, como componente preventivo do SIMMAR.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, Colônia de Pescadores					
	2.3 Ampliar a distribuição de materiais informativos sobre a legislação pesqueira incidente e responsabilidade dos diferentes órgãos que normatizam e fiscalizam o território da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	2.4 Definir agenda de encontros com pescadores profissionais e comunidades locais para esclarecimento de dúvidas sobre as normativas de pesca e demais demandas relacionadas à fiscalização marítima.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Policia Ambiental					
	2.5 Trabalhar campanhas de massa para conscientização e fiscalização de captura de caranguejos nos períodos de andada visando minimizar a extração de indivíduos fora dos padrões permitidos e por catadores sem licença especial.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, UNESP					
A3. Articulação com os diferentes órgãos de fiscalização para estabelecimento de ações conjuntas	3.1 Articular junto à Marinha do Brasil: a) e demais órgãos competentes, estratégias para garantir o controle da velocidade de embarcações em área de estuário dos Manguezais protegidos pela APAMLC; b) intensificação da fiscalização das documentações de embarcações, normas de navegação e impactos ambientais de navios; c) inclusão das normas da APAMLC (áreas de exclusão de pesca) nas Cartas Náuticas; d) fiscalização de Jet ski próximo à banhistas e áreas ambientalmente sensíveis; e) definição de velocidade compatível com os atributos da ZPGBio.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Marinha do Brasil					
	3.2 Articular fiscalização, entre os entes responsáveis, com vistas à garantir a não disposição de resíduo/rejeito de dragagem na APAMLC	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, IBAMA, Policia Ambiental					
	3.3 Articular junto à CETESB ações preventivas e ostensivas que garantam que todo o despejo de efluentes recebam minimamente o tratamento secundário.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CETESB					
	3.4 Considerar, quando da formalização dos Articular, via-Termo de Cooperação Técnica, ações integradas de fiscalização com os municípios que compõem a APAMLC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental					
	3.5 Acompanhar e contribuir com as ações do programa Litoral Sustentável nas áreas de pressão que envolvam áreas protegidas pela APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
A4. Implementação de infraestrutura, bens e treinamentos técnicos necessários para o desenvolvimento das atividades de proteção e fiscalização na UC	4.1 Estruturar e instrumentalizar a fiscalização da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	4.2 Promover capacitações e treinamentos de funcionários para ações de fiscalização marinha.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Policia Ambiental, CFA, IBAMA					
	4.3 Articular internamente para a contratação de vigilância ambiental embarcada, priorizando pessoas com conhecimento local.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					

# 5 PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES					
Aproximar a gestão da UC junto aos diversos atores do território para direcionar trabalhos de pesquisa e monitoramento para temas prioritários da gestão	M1.	Aumentar em 20% os projetos cadastrados no banco de dados da UC.	Número de projetos cadastrados; número de plataformas de divulgação desenvolvidas.	a) Disponibilização orçamentária financeira, estrutural e de recursos humanos para viabilizar as ações do programa de gestão; b) Articulação bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos públicos (Prefeituras, Marinha), usuários.					
	M2.	Firmar ao menos 02 acordos com instituições de fomento ou desenvolvimento de pesquisa.	Número de parcerias firmadas.						
	M3.	Aumentar em 30% os dados do monitoramento realizado pela UC.	Número de pessoas envolvidas em monitoramentos participativos; número de saídas de campo; número de parâmetros e indicadores ambientais estabelecidos; tamanho da área monitorada.						
	M4.	Promover ao menos 03 estudos técnicos para criação de áreas de interesse.	Número de projetos desenvolvidos; número de estudos iniciadas.						
DIRETRIZES		AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	1	2	3	4	5
A1. Aprimoramento, manutenção e divulgação do banco de pesquisas projetos de pesquisa em desenvolvimento na APAMLC	1.1	Criar uma plataforma digital para divulgar as pesquisas desenvolvidas na UC e indicar os temas prioritários de pesquisa e lacunas de conhecimento emergentes na UC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	1.2	Criar plataforma e/ou aplicativo para coleta de informações gerais que subsidie um banco de dados onde possam ser inseridas informações de relevância para a gestão.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	1.3	Manter banco de dados com as informações dos projetos de pesquisas submetidos a UC, visando prever devolutivas dos resultados finais para a gestão do conhecimento, incluindo o envio de relatórios finais e, dentro das possibilidades, apresentação para o Conselho Gestor ou Grupo de Trabalho específico.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	1.4	Estabelecer campanha de divulgação junto às instituições e pesquisadores para informar da obrigatoriedade de submeter os projetos de pesquisa junto ao COTEC	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	1.5	Incentivar a realização de pesquisas científicas e monitoramentos participativos, envolvendo a sociedade em geral e os usuários do território.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
A2. Articulação junto às instituições de pesquisa, ensino e fomento para viabilizar a realização de pesquisas prioritárias para a gestão e manejo dos recursos no território da UC	2.1	Realizar parcerias estratégicas com instituições financiadoras de projetos ambientais para criar linhas de ações específicas para demandas da APAMLC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal					
	2.2	Articular junto às instituições que desenvolvem pesquisas na região estudos para preenchimento das lacunas de conhecimento.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.3	Incentivar estudos que visam melhorar o conhecimento da hidrodinâmica das massas de águas na unidade.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.5	Aproximar as instituições de pesquisa que trabalham monitoramento pesqueiro de maneira a desenhar ações integradas no que tange a proteção desses recursos.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto de Pesca					
	2.6	Articular com os pesquisadores para que os resultados dos estudos realizados -sejam disponibilizados à unidade de maneira especializada e padronizadas de modo que possam ser utilizadas em plataformas de geoprocessamento, incluindo, quando o caso, condicionantes específicas na autorização da UC para a pesquisa.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.7	Realizar encontros bienais para divulgação, integração e publicação dos resultados das pesquisas realizadas na unidade, bem como diagnóstico e articulação de desenvolvimento de projetos prioritários.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	2.8	Incentivar análises comparativas sob a ótica dos possíveis impactos (sociais e ambientais) nas modalidades de pesca no território (amadora, artesanal e industrial) e das respectivas artes de modo a subsidiar discussões na Camara Técnica de Pesca para elaboração de propostas de ordenamento e das artes com vistas à minimizar os conflitos entre elas.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.9	Articular com o Instituto Florestal: a) padronização de procedimentos junto aos demais órgãos gestores de pesquisa, como o SISBIO; b) solicitar dos pesquisadores dados espacializados; c) informatizar e agilizar os procedimentos	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.10	Incentivar estudos que avaliem a interação da pesca em áreas de berçário de elasmobrânquios em Itanhaém de maneira a subsidiar possíveis ajustes nas normas ou petrechos de pesca.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.11	Incentivar pesquisa em parceria com os pescadores sobre formas de manejos e dispositivos em artes de pesca que evitem a captura incidental.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, Colônia de pescadores, Pescadores					
	2.12	Implantar, em parceria com pescadores e instituições interessadas, o monitoramento da captura incidental nas artes de pesca artesanal na área de abrangência da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônia de pescadores, Pescadores, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	2.13	Articular junto às instituições competentes, como a CATI, o fomento adequado da atividade pesqueira de modo sustentável	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CATI, Colônia de pescadores, Pescadores					
	2.14	Incentivar estudos que avaliem a interação das atividades humanas com os cetáceos, de modo a permitir sua melhor conservação. Por exemplo: a interação da pesca com área de ocorrência de Toninhas ( <i>Pontoporia sp</i> ) (como a AME Ilha da Moela), com vistas à subsidiar possíveis ajustes nas normas de pesca no local e/ou adequações nas artes e/ou técnicas de pesca, com vistas a minimizar a pesca incidental.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
A3. Aprimoramento do monitoramento ambiental realizado na UC buscando a avaliação da integridade do ambiente	3.1	Consolidar, em conjunto com instituições de pesquisa, protocolo de coleta de informações para o monitoramento ambiental da UC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	3.2	Estabelecer parâmetros e indicadores para subsidiar a adoção de medidas de manejo e gestão.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	3.3	Criar e alimentar um banco de dados com os resultados dos monitoramentos da APAMLC, mantendo sempre que possível acesso público aos dados, evitando divulgação de dados sigilosos ou de pesquisas ainda em andamento.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	3.4	Acompanhar, no âmbito do processo de licenciamento da transposição do rio Itapanaí, as fases de estudos que contemplam o monitoramento (linhas de base) e os possíveis impactos nos manguezais e nos recursos pesqueiros protegidos pela APAMLC	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
	3.5	Definir parâmetros de qualidade físicoquímico de água para empreendimentos potencialmente poluidores para a APAMLC	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	3.6	Articular a realização de estudos para previsão de impactos de mudanças climáticas em área da APAMLC, priorizando as de maior intensidade de uso público	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	3.7	Articular com instituições que realizam monitoramento da pesca profissional para inclusão do monitoramento da pesca amadora na UC.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto de Pesca, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE)					
	3.8	Incentivar a participação dos pescadores no Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira realizado pelo Instituto de Pesca, incluindo a divulgação dos benefícios da participação, uma vez que as informações servem para ajustar as políticas públicas de	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônias de Pescadores					
	3.9	Articular monitoramento que abranja também áreas fora da APAMLC e que a afeta, <del>como as desembocaduras dos canais estuarinos</del> , de modo a para identificar possíveis fontes difusas ou remotas de contaminação e as áreas contaminadas ou com risco de contaminação.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	3.10	Mapear e incentivar pesquisa de monitoramento das áreas submersas prioritárias para a conservação (ilhas, lajes e parceis).	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Instituto de Pesca					
	3.11	Incentivar a integração dos pesquisadores com pescadores, para definição de prioridades e parceria no desenvolvimento das pesquisas científicas, incluindo, quando o caso, condicionantes específicas na autorização da UC para a pesquisa.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Instituições de Pesquisa, Colônias de Pescadores, Pescadores					
A4. Articulação de estudos visando futuras criação de Áreas de Interesses	4.1	Promover articulações e estimular pesquisas na AME Laje da Conceição (parte marinha e parte emersa), visando o monitoramento da biodiversidade local.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa					
	4.2	Articular estudos para avaliar a necessidade de implantação de Área de Interesse para a Conservação (AIC) no extremo sul da APAMLC, próximo a Barra do Una em Peruibe.	Estudo técnico	Fundação Florestal, RDS Barra do Una, Universidades e Instituições de Pesquisa e Prefeitura de Peruibe					
	4.3	Articular estudos para avaliar a necessidade de implantação de AIR na foz do rio Preto e Branco em Peruibe.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa e Prefeitura de Peruibe					
	4.4	Articular estudos para reconhecimento do conchário (Poço do Robalo) no Manguezal do rio Itapanaí e consequente delimitação de AIHC.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Universidades e Instituições de Pesquisa e Prefeitura de Bertioga					

## ANEXO I LACUNAS DE PESQUISAS E DEMANDAS DE MONITORAMENTO IDENTIFICADAS NO PLANO DE MANEJO

	MÓDULO E SUBMÓDULO TEMÁTICO		TEMA
1	Pesquisa Meio Físico	Geral	Monitoramentos contínuos de erosões e de ressacas.
2	Pesquisa Meio Físico	Geral	Buscar parceria com trabalhos relacionados ao Patrimônio Geológico, tais como o GeoHereditas, que é Núcleo de Apoio à Pesquisa em Patrimônio Geológico e Geoturismo cujos objetivos são fomentar e promover atividades de pesquisa, de debate e de extensão nas áreas de Patrimônio Geológico, Geoturismo, Geoconservação e Educação Ambiental, tendo como alicerces a pesquisa geológica básica, a divulgação das Geociências e o benefício das comunidades envolvidas.
	Pesquisa Meio Físico	Geral	Conhecimento da hidrodinâmica das massas de águas na unidade.
3	Pesquisa Meio Físico	Geral	Organização e sistematização de dados do meio físico, tais como mapeamentos de erosão (continental e costeira), processos de assoreamento de rios, além dos mapeamentos de áreas de riscos já existentes em órgãos como Instituto Geológico (IG/SMA), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Serviço Geológico do Brasil (CPRM).
4	Pesquisa Meio Físico	Geral	As perdas socioambientais decorrentes dos efeitos da elevação do nível mar com os consequentes eventos de inundação pelas marés (estruturas físicas, praias, etc)
5	Pesquisa Meio Físico	Geral	Abordar melhor os impactos das construções de marinas, piers e outras edificações em manguezais. Essas edificações resultam em desmatamentos deixando o solo vulnerável à erosão.
6	Pesquisa Meio Físico	Geral	Impactos decorrentes de empreendimentos que tem parte das instalações ou mesmo impactos indiretos estreitamente relacionados ao meio físico terrestre.
7	Pesquisa Meio Físico	Geral	Impactos das construções de marinas, piers e outras edificações em manguezais. Essas edificações resultam em desmatamentos deixando o solo vulnerável à erosão.
8	Pesquisa Meio Físico	Geral	Impactos físico (e ecológicos) da retirada de areia das praias que são mencionadas para os municípios de Peruibe e Mongaguá.
9	Pesquisa Meio Físico	Geral	Monitoramento para avaliação das relações diretas de causalidade entre eventos climáticos de larga escala (e.g. El Niño e La Niña) e variações regionais de parâmetros oceanográficos.
10	Pesquisa Meio Físico	Geral	Qualidade de água e sedimento, tendo sido identificada escassez de dados em regiões fora da área abrangida pelo monitoramento sistematizado que vem sendo executado pela CETESB. Monitoramento principalmente na porção centronorte do setor Guaiabe, na Ilha de Santo Amaro
11	Pesquisa Meio Físico	Geral	Indicação de fontes difusas ou remotas de contaminação no município de Guarujá
12	Pesquisa Meio Físico	Geral	Conhecimento da real capacidade de suporte das regiões de botafora. Não se dispõe de um monitoramento constante dessas áreas, tanto para qualidade de água quanto para a qualidade do sedimento.
13	Pesquisa Meio Físico	Praia	Estudos relacionados à ecologia, estrutura e função da comunidade no ecossistema praia, avaliação e quantificação de perturbações e impactos antrópicos sobre este ecossistema, limitando a capacidade de gestão da APAMLC nestes aspectos (como diagnóstico, recuperação e proteção do ecossistema).
14	Pesquisa Meio Físico	Praia	Monitoramento de espécies chave do ecossistema Praia, seja pela sua abundância ou pelas suas características fisiológicas e/ou ecológicas, pode ser fundamental para o conhecimento da qualidade ambiental de uma determinada área.
15	Pesquisa Meio Físico	Praia	Estudos focados em espécies visitantes de praias, como é o caso das aves migratórias, tartarugas marinhas e cetáceos.
16	Pesquisa Meio Físico	Praia	O monitoramento de encalhes de mamíferos marinhos e tartarugas, inclusive com a possibilidade de reabilitação dos indivíduos vivos, como vem sendo feito pelo Programa de Monitoramento de Praias (PETROBRAS), poderá identificar as causas desses eventos e apontar soluções para sua redução.
17	Pesquisa Meio Físico	Praia	Monitoramento da chegada de lixo nas praias poderá subsidiar políticas públicas e ações educativas para a melhora do saneamento ambiental da área da APAMLC.
18	Pesquisa Meio Físico	Praia	Estudos detalhados sobre a capacidade de suporte das praias da APAMLC quanto aos efeitos dos principais impactos na fisiografia, dinâmica, diversidade biológica e também sobre o uso socioeconômico das praias, especialmente o turismo.
19	Pesquisa Meio Físico	Praia	Incentivo às pesquisas que visem um melhor planejamento da gestão costeira. Existe atualmente pouca informação relacionada à gestão de riscos e sua interação com o meio biótico.
20	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Desenvolver metodologias rápidas e de baixo custo para avaliação de patógenos não associados à contaminação fecal
21	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Problematika da raspagem de casco que ocorre ilegalmente nas redondezas da APAMLC e a dispersão larval plântonica de espécies exóticas.
22	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos de fitoplâncton, principalmente com relação às biotoxinas de microalgas potencialmente tóxicas no estado de SP.
23	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos básicos sobre as FANs como indicadoras no monitoramento, visando um melhor entendimento da dinâmica desses organismos, de modo a organizar e planejar melhores planos de ação, controle e mitigação.
24	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos experimentais sobre o papel do zooplâncton como parte da dieta de espécies de interesse econômico e também de grupos como salpas e quelognatos, que podem concorrer pelo alimento com as fases larvais dessas espécies, afetando o sucesso do recrutamento.
25	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos sobre o ciclo de vida de espécies meroplâncton e sobre a distribuição das diferentes fases desse ciclo nos ambientes aquáticos, em especial, estudos sobre distribuição e sobre a influência das mudanças climáticas na dinâmica de retenção/dispersão das larvas plânticas.
26	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos com ictioplâncton, a influência de processos oceanográficos sobre o desenvolvimento larval, distribuição, abundância, composição da dieta e períodos preferenciais de desova de espécies de peixes.
27	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos relacionados a período, local e intensidade de desova de peixes, índices de agregação e deslocamentos de núcleos de massa não são produzidos, pois não há identificação dos ovos.
28	Pesquisa Meio Biótico	Plâncton	Estudos sobre o ictioplâncton de algumas famílias que englobam espécies salvo, como Balistidae (peixe-porco), Centropomidae (robalo), Eleotridae, Gobiidae, (emboré), Mugilidae (tainha), Monodontidae (porquinho), Merlucciidae (merluza), Lobotidae (prejerebas), Lophidae (peixes-sapo), Lutjanidae (vermelho), Pomatomidae (anchova), Serranidae, Scaridae, (peixe-papagaio), Sparidae (pargo), Stromateidae (gordinho), entre outros. No caso de Lobotidae, por exemplo, apesar de os adultos serem importantes recursos na região da APAMLC, não foram observados ovos e larvas na região.
29	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Estudos sobre Coral sol, <i>Tubastraea tagusensis</i> , principalmente os pontos de presença da espécie exótica na APAMLC, por exemplo, a ESEC dos Tupinambás e PEMLS. Apresentar a importância de se monitorar as áreas de costão rochoso, ilhas e parceis da APAMLC para se identificar pontos com potencial invasor.
30	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Estudo sobre a produção secundária de espécies benthônicas no infralitoral e plataforma continental da APAMLC .
31	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Dados relativos ao tamanho das populações de espécies bentônicas de interesse econômico ou ecológico.
32	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	O levantamento do microfitobentos, uma vez que eles podem contribuir com grande parte da produção primária em ambientes estuarinos, sustentando a cadeia alimentar local.
33	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Monitoramento periódico da fauna bentônica, considerando as variações temporais e causas associadas;
34	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Monitoramento do nível de contaminantes nos sedimentos da APAMLC;
35	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Fiscalização de atividades turísticas e/ou industriais potencialmente danosas à fauna bentônica;
36	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Criação de indicadores eficientes para o monitoramento das ações prioritárias;
37	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Incorporação da atividade de pesca artesanal como parceira na conservação da biodiversidade;
38	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Levantamento de possíveis atividades de extrativismo na área;
39	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Monitoramento do volume pescado na região;
40	Pesquisa Meio Biótico	Bentos	Maior participação das populações locais e comunidade científica nas avaliações e planos de manejo;
41	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Levantamentos para caracterizar o estrato arbustivo herbáceo das formações florestais, quanto a sua estrutura, diversidade, dinâmica e regeneração.
42	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Pesquisas visando conhecer os atributos fisiológicos e ecológicos das espécies envolvidas no processo de regeneração natural da restinga, para compreender como este ocorre e subsidiar intervenções de restauração
43	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Realização de pesquisas visando compreender esses ecótonos, áreas de transição, entre a restinga e a floresta ombrófila (informações florísticas e fitossociológicas, padrões da composição, fatores condicionantes, etc.).
44	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Estudos para a avaliação e gestão dessas fitofisionomias de restinga.
45	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Levantamentos dos impactos na vegetação de restinga situada no interior da unidade, há a necessidade de realização de estudos que visam diagnosticar a capacidade de suporte do meio natural das trilhas e demais roteiros turísticos da área de recreação na AME da Ponta da Armação para assim subsidiar o ordenamento da atividade de ecoturismo na região.
46	Pesquisa Meio Físico	Restinga	Implantação de medidas de fiscalização e programas de monitoramento da cobertura vegetal da Baixada Santista e na AME Ponta da Armação considerando os disciplinamentos de usos que visam ordenar o ecoturismo na região.
47	Pesquisa Meio Físico	Costões	Programas de monitoramento que possibilitem dimensionar os impactos causados pelas atividades antrópicas sobre o ecossistema costões e permitam gerar cenários futuros de riscos ambientais e socioeconômicos.
48	Pesquisa Meio Físico	Costões	Estudos específicos sobre organismos exóticos nos costões rochosos da APAMLC
49	Pesquisa Meio Físico	Costões	Continuidade de estudos descritivos e experimentais biológicos e fisiológicos dos organismos em costões rochosos, a fim de se conhecer a capacidade de suporte destes ambientes aos impactos ambientais.
50	Pesquisa Meio Físico	Costões	Estudos do impacto ambiental causado por navegações e ancoragens próximas a costões rochosos da APAMLC, o que seria de extrema importância devido ao crescente número de embarcações na área principalmente devido às atividades portuárias e ao turismo.
51	Pesquisa Meio Físico	Costões	Acompanhar e fazer gestão para que os princípios legais relacionados ao controle de água de lastro estejam sendo efetivamente seguidos.
52	Pesquisa Meio Físico	Costões	Desenvolver programas integrados e multidisciplinares de pesquisa visando analisar a estrutura e dinâmica das comunidades bentônicas dos costões rochosos.
53	Pesquisa Meio Físico	Costões	Desenvolver estudos para estimar a capacidade de suporte dos costões rochosos em atividades extrativistas, além de outras atividades como a navegação, o fundeo, a maricultura, o despejo de efluentes, etc.
54	Pesquisa Meio Físico	Costões	Desenvolver programas de longa duração para o monitoramento ambiental e das comunidades.
55	Pesquisa Meio Físico	Costões	Estudos de viabilidade para a criação de áreas de proteção integral nos costões rochosos, garantindo assim áreas de berçário de espécies ameaçadas e de interesse econômico.
56	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	Pesquisas nos manguezais junto aos rios Itapanaú, Guaratuba e Itaguaré
57	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	Monitoramento periódico de manguezais com parcelas permanentes permite a caracterização do ecossistema (como dominância de espécies e desenvolvimento estrutural) e da dinâmica espacotemporal, assim como identificar os tesoros atuantes no local.
58	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	Estabelecer protocolo de monitoramento detalhando a metodologia, frequência, intensidade, unidade de medida e padrões de amostragem, a localização das parcelas, quando se fazer as expedições, e quando se deve cessar o monitoramento, assim como as necessidades administrativas e financeiras.
59	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	Pesquisas e projetos relacionadas à viabilização de restauração de manguezais.
60	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	A avaliação do estoque de carbono nos manguezais conservados e alterados no sistema costeiro poderá auxiliar a avaliar o estado de conservação dos manguezais na APAMLC e seu entorno e sua contribuição na mitigação das mudanças climáticas.
61	Pesquisa Meio Físico	Manguezal	Estudos sobre os produtos e serviços ecosistêmicos fornecidos pelos manguezais
62	Pesquisa Meio Físico	Floresta Ombrófila	Caracterização da vegetação no que se refere à classificação da formação e dos estágios sucessionais da floresta das florestas ombrófilas de formações insulares
63	Pesquisa Meio Físico	Floresta Ombrófila	Levantamento de informações básicas sobre a composição da vegetação podem auxiliar na compreensão de processos que geram os padrões de diversidade nessas comunidades simplificadas da Mata Atlântica, e desta forma auxiliar na restauração desse ecossistema ameaçado.
64	Pesquisa Meio Físico	Floresta Ombrófila	Pesquisas que envolvam o levantamento florístico da Floresta Ombrófila Densa nas ilhas.
65	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna marinha	Estudos sobre outras etapas do ciclo de vida, que não seja os primeiros estágios, com o intuito de obter o completo entendimento da biologia destes répteis.
66	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna marinha	Monitoramento sistemático quanto à distribuição, utilização de habitat, marcação e recaptura de tartarugas marinhas vem sendo conduzido na região.
67	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna marinha	Estudos sobre relações parasíticas em tartarugas marinhas
68	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna marinha	Estudos de índices de captura incidental pela pesca visando realizar análises mais detalhadas sobre o impacto causado e a elaboração de planos de ação para a diminuição de tais índices.
69	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna terrestre	Intensificar os estudos sobre a ocorrência e distribuição de espécies da herpetofauna no litoral centro;
70	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna terrestre	Identificar, quantificar e mapear a presença de espécies domésticas e exóticas invasoras da fauna e flora que representam potencial perigo para as espécies da herpetofauna local;
71	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna terrestre	Identificar as populações humanas residentes, em especial as tradicionais, e suas práticas de caça de espécies da herpetofauna, bem como propor alternativas para este uso;
72	Pesquisa Meio Biótico	Herpetofauna terrestre	Identificar e dimensionar os impactos causados pela visitação pública sobre as populações da herpetofauna, com atenção para as espécies alvo e as espécies chave identificadas no plano de manejo.
73	Pesquisa Meio Biótico	Avifauna	Estudos para suprir a falta de conhecimento sobre a ecologia da avifauna em ilhas costeiras, nos manguezais, restingas, costões e praias da APAMLC. Isso vale também para as espécies neríticas/oceânicas (Procellariiformes) cuja presença na APAMLC se dá basicamente mais distante da costa.
74	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Estudos sobre aspectos ecológicos como ocorrência e abundância de elasmobranquios ( <i>Chondrichthyes</i> ) para a APAMLC.
75	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Estudos sobre biologia reprodutiva das famílias Centropomidae, Serranidae, Sparidae e Scaridae, pois possuem representantes que apresentam reversão sexual, característica essa que as torna especialmente vulneráveis. Essas espécies hermafroditas sucessivas são especialmente sensíveis às pressões antrópicas já que a depleção de indivíduos reflete fortemente no sucesso reprodutivo e consequentemente na reposição da população. No entanto estas espécies são fortemente pressionadas pela pesca, sem que se conheça efetivamente sua estabilidade e dinâmica populacional e muito menos sua capacidade de suporte.
76	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Desconhecimento sobre os reais impactos causados nas populações de peixes pela atividade sísmica (ruídos causam impactos sonoros e mortandade);
77	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Compreender a efetividade da UC na proteção da biota, por exemplo na dinâmica de dispersão de organismos marinhos;
78	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Recuperação dos dados históricos para avaliar o estoque atual;
79	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Informações de espécies de interesse ecológico (não comerciais);
80	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Levantamento/mapeamento de biodiversidade e habitats;
81	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Caracterização da pesca amadora;
82	Pesquisa Meio Biótico	Ictiofauna	Avaliar a efetividade da área de exclusão de pesca do setor Itaguaçu para a manutenção dos estoques.
83	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna marinha	Conhecimento dos encalhes e das causas de mortalidade que acometem a mastofauna, bem como os principais fatores de impacto sobre as populações naturais, não é possível traçar planos de conservação para as diferentes espécies deste grupo animal. Além disso, a identificação das causas de mortalidade, estão afetando não só a ocorrência, mas também etapas essenciais do ciclo de vida, como a reprodução destes animais.
84	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna marinha	Distribuição destes animais em áreas degradadas e fatores de ameaça, tais como a poluição ambiental, as pressões antrópicas e as patogenias emergentes, estão afetando não só a ocorrência, mas também etapas essenciais do ciclo de vida, como a reprodução destes animais.
85	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna marinha	Pesquisas relacionadas às suas fontes alimentares e às modificações comportamentais frente às ameaças locais, como o turismo e a pesca.
86	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna marinha	Estudos a respeito das áreas de concentração da mastofauna marinha na APAMLC e no restante do litoral de SP.
87	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna marinha	Levantamento dos principais impactos sobre as populações
88	Pesquisa Meio Biótico	Mastofauna terrestre	Levantamentos e estudos faunísticos são muito escassos para a Serra do Guararé, a serra como um todo poderia ser considerada uma lacuna de conhecimento no que se refere ao conhecimento da fauna.
89	Pesquisa Meio Biótico	Mast	

## 6 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Ordenar as atividades econômicas desenvolvidas na UC e incentivar a adoção de boas práticas visando o desenvolvimento sustentável do território.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES	
Compatibilizar a conservação dos atributos da APAMLC com as demandas socioeconômicas da população.	M1. Criar 02 instrumentos de ordenamento pesqueiro.	Número de instrumentos criados; número de embarcações cadastradas; número de pescadores cadastrados.	a) Disponibilização orçamentária financeira, estrutural e de recursos humanos para viabilizar as ações do programa de gestão; b) Articulação bem estabelecida com instituições, empresas, órgãos públicos (Prefeituras, Marinha), usuários.	
	M2. Desenvolver 03 projetos de valorização da pesca artesanal	Número de projetos desenvolvidos; número de ações de valorização da pesca sustentável.		
	M3. Viabilizar a implantação de ao menos 01 área de interesse de pesca de baixa mobilidade	Número de projetos desenvolvidos; número de reuniões realizadas.		
	M4. Estabelecer 02 parcerias para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca profissional.	Número de projetos desenvolvidos; número de ações conjuntas realizadas; números de embarcações/pescadores regularizados.		
	M5. Encaminhar solicitações de adequação de ao menos 03 normativas incompatíveis com a pesca local.	Número de reuniões realizadas, número de pescadores envolvidos; número de solicitações de ajustes em normativas realizadas.		
	M6. Normatizar 02 artes de pesca por meio da CT Pesca.	Número de resoluções publicadas; número de reuniões realizadas; número de pessoas envolvidas; número de temas discutidos; número de solicitações de ajustes em normativas realizadas.		
	M7. Realizar 03 ações para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca amadora.	Número de ações realizadas; número de embarcações, guias e operadoras cadastradas; número de pessoas capacitadas.		
	M8. Realizar reuniões anuais com o setor produtivo da aquicultura.	Número de reuniões realizadas com o setor; número de projetos sustentáveis desenvolvidos com o setor.		
	M9. Promover 02 ações de geração de renda voltada a economia solidária	Número de pessoas envolvidas; número de reuniões realizadas.		
DIRETRIZES	AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)
A1. Criação e fortalecimento de instrumentos de ordenamento pesqueiro buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais de forma participativa	1.1 Cadastrar as embarcações, pescadores profissionais artesanais e respectiva caracterização das artes da pesca artesanal local que atuam na UC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colonias, SMA	1
	1.2 Articulação para a realização de estudos técnicos que visem a identificação de áreas, formas de manejo e regulamentação da atividade de captura de iscas vivas.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	2
	1.3 Incentivar estudo para definição de esforço de pesca máxima para as espécies comerciais.	Estudo técnico	Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	3
	1.4 Promover discussões para regulamentação de captura de teleóseio juvenis como iscas vivas		Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	4
	1.5 Fomentar e participar de discussões para regulamentação de espécies cujo potencial de bioinvasão é desconhecido		Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	5
	1.6 Desenvolver e aprimorar medidas de estímulo ao recrutamento de espécies alvo da pesca, tais como: proibição da captura de indivíduos nas fases mais críticas de suas vidas (defeso) considerando as regiões da APA.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	1
	1.7 Fortalecimento da gestão pesqueira integrada por meio da realização de reuniões conjuntas das Câmaras Temáticas de Pesca das APAs Marinhas do Litoral Sul, Centro e Norte.	Operacionalidade de gestão	CT Pesca da APAMLC, APAMLN, APAMLS	2
A2. Incentivo e valorização das atividades pesqueiras artesanais como meio de uso sustentável dos recursos naturais	2.1 Desenvolver ações para valorização da pesca artesanal através de selos de recomendação e/ou certificação do pescado, criando de pescarias que observem o Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisas	1
	2.2 Articular parcerias para realização de cursos anuais de pescadores experientes para mais novos perpetuação da cultura da pesca artesanal.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônias de Pescadores, Pescadores	2
	2.3 Incentivar o consumo de pescados de espécies alternativas	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, SMA, Prefeituras, Pescadores, Comércios de Pescados	3
	2.4 Incentivar boas práticas de manejo e soltura da fauna acompanhante capturada incidentalmente pela pesca artesanal	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Terceiro Setor, SMA, Universidades e Instituto de Pesquisa	4
	2.5 Articular junto as prefeituras a viabilização de acesso à praia pelos pescadores profissionais artesanais	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras	5
	2.6 Provar as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico para que os pescadores tenham acesso a venda do pescado para o Banco de Alimentos e Programas de Aquisição de Alimentos.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Secretaria Municipais de Desenvolvimento Econômico	1
	2.7 Incentivar estudos que identifiquem a quantidade de biomassa capturada, das quais possuem baixo interesse econômico, para viabilizar a inserção do pescado no Programa Nacional de Alimentação (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS)	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	2
A3. Fomento as ações nas Área de Interesse de Pesca de Baixa Mobilidade	3.1 Quando da implantação da Área de Interesse para Pesca de Baixa Mobilidade AIPBM deverá ser considerada, minimamente: a) articular com os demais entes responsáveis pela gestão da área o planejamento de ações integradas; b) articular o desenvolvimento de estudos que visem mapear a comunidade pesqueira que atua no território de modo a priorizar o uso do território pela comunidade local como forma de garantir a permanência e o modo de vida das comunidades pesqueiras tradicionais dentro da APAMLC. Publicação de portaria Fundação Florestal, de carteirinha especial cuja a renovação estará condicionada a: (i) 5 anos de vigência, podendo ser prorrogado por igual período enquanto estiver vigente a área; (ii) realização de automonitoramento participativo para acompanhamento da dinâmica do estoque pesqueiros e de pesca incidental; (iii) participação anual de cursos de boas práticas na pesca artesanal.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Prefeituras, Instituto de Pesca, Colônia de Pescadores, Pescadores	1
	3.2 Implementar o território de pesca em Peruíbe (setor Carajó)	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Colônia de Pescadores Z5	2
	3.3 Discutir para avaliar a necessidade de implantação de Área de Interesse para Pesca de Baixa Mobilidade (AIPBM) no município de Mongaguá considerando que os pescadores locais utilizam canoa, com dificuldade de atração.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônia de Pescadores	3
	3.4 Discutir para avaliar a necessidade de implantação de Área de Interesse para Pesca de Baixa Mobilidade (AIPBM) em toda a orla do Indaiá e São Lourenço, município de Bertioga, à 1km a partir da linha de costa	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Colônia de Pescadores Z3	4
	4.1 Apoiar os pescadores na articulação junto aos órgãos competentes no que tange a regularização da documentação das embarcações e dos pescadores.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura	5
	5.1 Articular junto aos órgãos competentes os devidos ajustes nas normas pesqueiras com conflitos de aplicação no território e que já possuem propostas elaboradas pela Câmara Temática de Pesca e aprovadas pelo Conselho Gestor da unidade.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, MMA, SEAP, IBAMA	1
	5.2 Articular junto aos órgãos competentes e pescadores os ajustes no período de defeso de camarão.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, IBAMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Instituto de Pesca	2
A5. Articulação interinstitucional buscando adequar normativas externas que são incompatíveis com a realidade da pesca local	5.3 Informar e propor discussões sobre os planos nacionais de recuperação de recursos pesqueiros ameaçados.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, colônia de pesca e pescadores	3
	6.1 Avaliar a necessidade de adequação do tamanho mínimo e máximo das malhas e diâmetro de fio; <b>tamanho máximo do comprimento das redes permitidos por embarcação, bem como máximo por "poitada"</b> ; estratégias para não abandono das redes; sinalização com luzes para as modalidades de pesca emalte de superfície e fundo bem como as distâncias permitidas (IN IBAMA 166/2007 e INI MPA/MMA 12/2012).	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, MMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Instituto de Pesca	1
	6.2 Aprofundar a discussão, visando a elaboração de proposta, para articulação junto aos órgãos competentes, da IN 10/2011, no que tange a atualização da potência de motor e demais pontos de conflito.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, MMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Instituto de Pesca	2
	6.3 Discutir revisão da Resolução SMA Nº 51 de 2013 que "Regula o exercício de atividades pesqueiras profissionais realizadas com o uso de redes nas praias inseridas nos limites da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro", que regra sobre a horário, petrecho de pesca e descrição técnica das artes de pesca.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, MMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Instituto de Pesca	3
	6.4 Estudar propostas de regularização de manejo sustentável de espécies proibidas para subsistência da comunidade local.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, MMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Universidades e Institutos de pesquisas	4
	6.5 Discutir a questão da atividade da frota pesqueira industrial de outros estados na região, bem como definição de cotas para pesca da tainha pescada por traineira de maneira a articular uma proposta da unidade junto aos órgãos competentes.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, SMA	5
	6.6 Discutir proposta de ordenamento da pesca de camarão setebarbas e branco e articular possíveis ajustes na norma vigente com especial atenção as distâncias de pesca e motorização, especialmente a revisão da distância mínima da costa para arrasto motorizado, constante do ZEE-BS.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Universidades e Institutos de Pesquisas	1
	6.7 Estudar propostas de regularização do exercício da pesca amadora nas praias considerando questões de horários, locais e praias.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal e Prefeituras	2
	6.8 Discutir limite de arqueação bruta máxima de embarcações de pesca para ZUBE	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	3
	6.9 Discutir limite de arqueação bruta e/ou metragem de embarcações máxima de pesca para ZUE.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, SMA, Colônias de Pescadores, Pescadores, Universidades e Institutos de Pesquisas	4
	6.10 Discutir delimitação de território de pesca para as traineiras.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, IBAMA, SEAP, SMA	5
	6.11 Discutir os limites estabelecidos para a pesca de cerco artesanal de tainha	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	1
A7. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca amadora buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	7.1 Cadastro de embarcações, guias e operadoras que prestam serviços à pesca amadora.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal	2
	7.2 Estabelecer limites de tamanho, petrecho de pesca, peso e cotas para a captura de espécies alvo da pesca amadora.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, SEAP, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE) Universidades e Instituto de Pesquisa	3
	7.3 Estimular estudos para viabilizar as reservas de pesca amadora.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, SEAP, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE) Universidades e Instituto de Pesquisa	4
	7.4 Levantar periodicamente informações com o setor da pesca amadora acerca das principais espécies capturadas, número de capturas, pontos de pesca, sazonalidade das capturas, iscas utilizadas, perfil do pescador.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, SMA, SEAP, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE) Universidades e Instituto de Pesquisa	5
	7.5 Articular estudos envolvendo pesquisadores, pescadores amadores e marinas para marcações (taguear) de indivíduos para fins de conhecimento da ecologia das espécies alvo da pesca amadora.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, SMA, SEAP, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE) Universidades e Instituto de Pesquisa	1
	7.6 Articular para formação de monitores de pesca de modo a atuarem como interlocutores junto aos pescadores amadores acerca da divulgação dos atributos protegidos pela unidade; apoio às atividades de pesquisa e monitoramento; no emprego de boas práticas.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE), Conselhos Municipais de Pesca; Prefeituras	2
	8.1 Estabelecer o diálogo com o setor produtivo da aquicultura, buscando um canal para troca de informações e desenvolvimento de estratégia conjunta para o desenvolvimento sustentável da produção.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	3
A8. Aproximação da gestão da UC com o setor produtivo da aquicultura	8.2 Trazer estratégias conjuntas visando o desenvolvimento sustentável da produção.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	4
	8.3 Incentivar estudos para a viabilidade de locais para aquicultura e cercos flutuante e fixo (covo) no território da APAMLC, bem como as possíveis necessidades de regulamentação.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	5
	8.4 Mapear e regulamentar as atividades realizadas nos mangues protegidos pela APAMLC.	Estudo técnico	Fundação Florestal	1
	9.1 Incentivar pesquisas e divulgação que visam o uso adequado do resíduo do coral sol removido para fins de artesanato.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, SMA, IBAMA, Universidades e Instituto de Pesquisa	2
A9. Promoção de apoio à Economia Solidária	9.2 Promover o avanço do processo de gestão da captura do caranguejo uçá e demais pescados, por meio da promoção de práticas de pesca responsável, valorização do produto, redução da mortalidade, regularização do comércio justo, consciente e valorização do pescador.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, Instituto de Pesca, UNESP, Prefeituras e Terceiro Setor	3
	9.3 Apoiar ações de levantamento de execução de propostas voltadas para a inclusão produtiva e emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade usuárias do território/recursos da APAMLC.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal	4
	9.4 Fomentar nas redes locais de economia solidária o beneficiamento de pescado nas comunidades pesqueiras.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, CATI	5
	9.5 Estimular o aproveitamento integral do pescado e seu resíduo para geração de renda extra à famílias dos pescadores.	Articulação Interinstitucional	Fundação Florestal, Instituto de Pesca	1
	9.6 Promover cursos de economia solidária para comunidades pesqueiras e tradicionais.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal, CATI	2